

EDITORIAL

ECONOMIA SOLIDÁRIA: TRAJETÓRIA E SEUS PRINCIPAIS DESAFIOS

Lauro Mattei¹

O tema da Economia Solidária (Ecosol), mesmo que presente há tempos no Brasil ganhou maior destaque somente a partir dos primórdios do século XXI quando passou a contar com políticas governamentais específicas e até mesmo uma estrutura de Estado junto ao governo federal. Nessa trajetória prevaleceu a visão da Ecosol enquanto um espaço de construção de um novo modo de produção embasado nos princípios da propriedade coletiva e na produção cooperativa como forma de promover a solidariedade e a igualdade econômica e social².

Esse mesmo ideário é explicitado e reforçado pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária, ressaltando-se ser este movimento uma forma diferente de organizar o processo de produção a partir do trabalho coletivo e autogestionário, com respeito a igualdade de direitos entre homens e mulheres, bem como a diversidade social. O objetivo desse movimento é a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, assentada na solidariedade, na cooperação humana e no fortalecimento dos movimentos sociais que buscam novas formas de organizações societárias não pautadas pela exploração dos trabalhadores.

No âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a Ecosol é definida como uma maneira diferente de produzir e de comercializar bens e serviços a partir de empreendimentos coletivos que rejeitem todas as formas de exploração do homem e promovam a sustentabilidade. Para tanto, alguns princípios são essenciais, destacando-se: a) Cooperação, como forma de promover o trabalho colaborativo e os interesses comuns; b) Autogestão, como forma de promover a participação de todos visando a tomada de decisões coletivas; c) Desenvolvimento de ações econômicas, visando atuar tanto na esfera da produção como da comercialização e do consumo; d) Solidariedade, como maneira de promover o bem-estar de todos por meio de uma distribuição justa dos resultados obtidos.

¹ Professor do curso de Graduação em Economia e de Pós-Graduação em Administração, ambos da UFSC. Coordenador geral do NECAT e editor desta revista.

² O economista Paul Singer foi um dos principais disseminadores desse ideário.

Nesta perspectiva, estão sendo apoiadas e fomentadas diversas atividades econômicas pelo país, tanto no campo como nas cidades. Normalmente são empreendimentos em que os trabalhadores encontram-se organizados coletivamente e das mais variadas formas: associações de produtores; cooperativas de agricultores familiares; cooperativas de crédito; cooperativas de comercialização e consumo; bancos comunitários; associações de recicladores, etc. Visando contribuir com as reflexões sobre essa temática, organizou-se a edição deste novo número da Revista NECAT.

O primeiro artigo, intitulado “Economia Compartilhada/Economia Solidária: interfaces, continuidades, descontinuidades” e assinado por Armando de Melo Lisboa, discute a temática da economia solidária no âmbito da “Economia Compartilhada”, tema recente e ainda pouco desenvolvido no Brasil que remete ao “paradigma societário informacional”. Segundo o autor, um dos aspectos mais controversos dessa sociedade informacional é a rápida e avassaladora difusão do que está se convencendo chamar de “economia colaborativa” ou “economia compartilhada”.

De um modo geral, a economia solidária identifica modelos que vão além dos simples empreendimentos econômicos, pois buscam novas formas de convivência coletiva geradoras de trabalho e renda a partir de relações de mutualidade e de reciprocidade, apoiadas na solidariedade e na equidade. Neste sentido, Lisboa afirma que era de se esperar que o fenômeno da economia compartilhada cruzasse, fertilizasse e potencializasse amplamente o movimento da economia solidária. Todavia, isso não está ocorrendo.

Para o autor, a razão é que a formatação conceitual, ideológica e pragmática da economia solidária brasileira é centrada na identidade desta com a questão da autogestão numa perspectiva anticapitalista guiada pelas relações de proximidade que geram uma solidariedade capaz de maximizar a experiência humana. Já a Economia Compartilhada se estrutura a partir de plataformas sem a existência de ambientes marcados pela proximidade e pela pertença, além de não existir a formação de grupos que mantêm encontros presenciais sequenciais.

O segundo artigo, intitulado “O perfil dos empreendimentos de Economia Solidária em Santa Catarina” e de autoria de Bruna Medeiros e Edaiane Comonelli, sistematiza o perfil dos empreendimentos de economia solidária em Santa Catarina no ano de 2013, tomando como base as informações do banco de dados da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES/TEM). Do total de 764 empreendimentos registrados, verificou-se que 432 deles

estavam localizados nas áreas rurais (57%); 192 nas áreas urbanas (25%) e 140 em áreas mistas (18%).

Do ponto de vista geográfico, observou-se que os empreendimentos de economia solidária distribuíam-se da seguinte forma: Região da Grande Florianópolis (7%); Região Norte Catarinense (12%); Região Serrana (7%); Região Sul Catarinense com (12%); Região do Vale do Itajaí com (10%). O restante localiza-se na Região Oeste Catarinense, espaço onde ocorre a maior concentração de empreendimentos de economia solidária.

Para as autoras, a explicação para essa concentração na Região Oeste está relacionada ao trabalho desenvolvido desde 2003 pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP-Unochapecó) que é um projeto de extensão universitária que atua como fomentador da economia solidária naquela região.

O terceiro artigo, intitulado “As iniciativas de economia solidária presentes em Santa Catarina: análise da microrregião do Alto Vale do Itajaí” e de autoria de Cris Palma, Anielle Gonçalves de Oliveira e Tatiane Aparecida Viegas Vargas, sistematizou e analisou os empreendimentos de economia solidária na região do Alto Vale do Itajaí, composta por 28 municípios, tendo Rio do Sul como cidade polo. Inicialmente as autoras destacam que moradores, trabalhadores ou produtores desta região se uniram para formar associações e cooperativas visando desenvolver atividades mais solidárias. Desse processo resultaram os chamados Empreendimentos de Economia Solidária.

Com base no Atlas Digital da Economia Solidária (SENAES/MTE), o estudo constatou a existência de 34 empreendimentos de economia solidária distribuídos em 17 municípios da referida região. Em termos domiciliares, verificou-se que a grande maioria dos empreendimentos (85%) situa-se em áreas rurais dos municípios, chamando atenção que em Rio do Sul não há nenhum registro de empreendimentos solidários.

Uma das principais conclusões das autoras foi que a economia solidária ainda é pouco difundida na região do Alto Vale do Itajaí, destacando-se que muitos empreendimentos de economia solidária surgiram a partir da necessidade das próprias pessoas, tanto em termos de renda para suas subsistências ou como complementação do próprio baixo nível de renda. Além disso, destaca-se que o consumo solidário ainda é pouco explorado na região, mesmo diante das potencialidades existentes.

O quarto artigo, intitulado “Cultivando saberes: hortas familiares, segurança alimentar e práticas educativas no Planalto Serrano catarinense” e de autoria de Amanda Farias Leão, Nádia da Silva, Natalia Camargo Rodrigues, Nicole Orsi e Zilma Isabel Peixer, analisa o

processo de implementação de um projeto de Agricultura Urbana no município de Curitiba (SC), cujo objetivo foi a formação de hortas em espaços urbanos. O trabalho, realizado em parceria com organizações da sociedade civil, entidades governamentais e religiosas, começou no bairro São Luiz, tendo sido ampliado no ano de 2016 na APAE/Curitiba. Segundo as autoras, esse projeto pauta-se pelas experiências solidárias articulando práticas e incentivos a realização de hortas nas famílias e ações educativas através de hortas e jardins terapêuticos. Desta forma, o projeto contribui para a produção alimentar familiar, particularmente em termos da educação alimentar e nutricional, bem como propicia espaços de interações comunitárias.

Essa ação de extensão universitária decorre das experiências do Laboratório de Educação do Campo e Estudos da Reforma Agrária (LECERA), fundado em 2006 no Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), no município de Florianópolis (SC). Tal grupo promove ações de ensino, pesquisa e extensão voltadas ao conhecimento científico direcionado às populações em condição de vulnerabilidade social. Dentre suas principais ações, desenvolvem-se programas de incentivo à Agricultura Urbana, articulando ações para o desenvolvimento dessa tecnologia social. A partir de 2013 essa proposta de tecnologia social passou a ser replicada no município de Curitiba (SC), por intermédio do Programa de Educação Tutorial-PET/Ciências Rurais.

De um modo geral, as autoras destacam como principal resultado do projeto a contribuição para processos de inclusão social, saúde, qualidade de vida e cidadania, com a consequente valorização do conhecimento, saberes e fazeres na produção alimentar e nas práticas de economia solidária. É nesta direção que as experiências envolvendo a construção de hortas comunitárias e de agricultura urbana são realizadas.

Por fim, destaca-se que os resultados demonstram a complexidade e a riqueza do trabalho comunitário e a importância da universidade estar inserida na comunidade. As perspectivas abertas com a ampliação do projeto na APAE é um novo momento, promovendo diálogos e reflexões sobre famílias e alimentação saudável como direito humano básico. E pelos caminhos do projeto articulam-se os diálogos e (re) produzem saberes e culturas de trabalhar a terra, de produzir alimentos, de preparar alimentos, configurando a riqueza das Agri-Culturas alimentares.

O quinto artigo, intitulado “Programas governamentais e manutenção da agricultura familiar: o território rural do Alto Vale do Itajaí” e de autoria de Andrei Stock, Simone Caroline Piontkewicz e Valmor Schiochet, analisa as políticas públicas de apoio à agricultura

familiar no referido território. Inicialmente os autores mostram que as políticas públicas que compreendem gastos públicos capazes de diminuir os custos de produção e viabilizar o setor produtivo melhoram as condições estruturais de crescimento e desenvolvimento da economia local. Além disso, ressaltam que os problemas enfrentados pela agricultura familiar no Brasil e as especificidades do setor requerem políticas públicas pertinentes que sejam capazes de viabilizar estes pequenos empreendimentos produtivos e promover fixação do produtor rural no campo, aspectos que contribuem para o desenvolvimento regional.

Segundo os autores, os programas voltados para a agricultura familiar no Território Rural do Alto Vale do Itajaí auxiliam a diminuir o êxodo rural, possibilitando aos agricultores reorganizar-se produtivamente, tendo efeitos estruturantes para o planejamento e diversificação da produção, atualmente baseada no monocultivo. Os arranjos associativos estimulados favorecem uma mudança de patamar na qualidade de vida das famílias e uma ressignificação social do trabalhador do campo, contribuindo com o Desenvolvimento Regional. Os programas existentes elevam o modo e a capacidade de produção das propriedades familiares, mas ainda há um longo caminho para a manutenção da agricultura familiar, uma vez que a atividade agrícola, por mais que tenha modernizado suas técnicas, permanece sendo árdua. Isto porque, com as mudanças climáticas, tem sido cada vez mais incerto o resultado do esforço dos agricultores e sua garantia de renda para manutenção de seu modo de vida no campo.



A Revista NECAT procura estimular o debate de temas e assuntos pertinentes ao desenvolvimento socioeconômico catarinense, por entender que, enquanto universidade, temos um papel a cumprir junto à sociedade catarinense. Dando continuidade a essa missão, estamos disponibilizando o presente número, cujo foco destaca a temática da Economia Solidária.